

“PORQUÊ JESUS?”

Introdução

Extra ecclesiam...

Por que escolher Jesus?

Existe, hoje em dia, uma enorme oferta religiosa - desde as religiões tradicionais à nova moda vinda do oriente, desde propostas de sistemas filosóficos às seitas mais extravagantes, todas preparadas para garantir, gratificar e exorcizar os medos intemporais. Todas asseguram que a aceitação dos seus ensinamentos e a prática dos seus preceitos conduzem à salvação (num paraíso ou no nirvana) e a desobediência e transgressão dos mesmos são severamente punidas nesta vida ou noutra futura.

Todas as religiões têm como aspecto básico as três grandes colunas da espiritualidade: a oração, a esmola e o jejum (Mt 6,1-18), e a certeza (ou pretensão) de ser o único caminho de salvação. Cada religião apresenta-se como a verdadeira excluindo todas as outras, denunciadas como falsas ou obra do demónio.

Quando as circunstâncias históricas permitem, os infiéis são obrigados a aderir à verdadeira fé. Quando resistem são eliminados em nome de Deus, e a história ensina que nunca se mata com tanto gosto como quando isso é feito em nome de Deus quer ele se chame Yahvé, Alá ou Senhor.

Há que perguntar: no panorama religioso da época (e também no actual) o que é que Jesus trouxe de novo que já não tenha sido dito pelos grandes sábios e santos da antiguidade? O que é que Jesus ensinou de novo que já não estivesse contido na Lei dada por Deus a Moisés, ou formulado nos Livros sagrados das religiões?

Não foi o conceito de Deus-pai: a concepção de Deus como pai é uma característica primordial da história da humanidade e património comum das religiões, desde Zeus, definido por Homero “pai dos homens e dos deuses” (Odisseia 1,28), a Yahvé “o Senhor, o nosso Deus, o nosso Pai” (Tb 13,4).

Também para a salvação Jesus não parece propor um caminho original. Quando lhe perguntam o que se deve fazer para ter a vida eterna, Jesus responde que não é a ele que o devem perguntar porque já Moisés indicou nos mandamentos o caminho da salvação (“se *queres entrar na vida eterna, observa os mandamentos*”, Mt 19,17).

Também o convite ao amor não é novidade de Jesus pois encontra-se em todas as religiões, desde as pagãs à judaica (Lv 19,18). É verdade que Jesus desligou a prática do amor do âmbito restrito do clã familiar para o ampliar até aos inimigos (Mt 5,43-48), mas esta não é a originalidade da “boa nova”. E também nenhum profeta morreu por ter convidado as pessoas a amar-se. O convite a não se opor ao mau e a oferecer a “outra face” (Mt 5,39), não só não alarma os poderosos como até lhes dá segurança. Os detentores do poder até se comprazem quando escutam uma mensagem que convida a gente a “não julgar” (Mt 7,1), a “não condenar” (Lc 6,37) e a não resistir aos poderosos (Mt 5, 40-42).

Então por que escolher Jesus?

Esta pergunta - por que escolher Jesus e não outro? - não se colocava no passado. Cristo, no passado, não se escolhia mas era imposto sem outra alternativa senão a condenação eterna. Durante quinze séculos, de facto, o indiscutível imperativo da igreja católica era formulado com o eficaz e sintético slogan: “Extra Ecclesiam nulla salus”, decretando que: “fora da igreja não existe salvação”. Não se escolhia ser cristão, mas era-se obrigado. A alternativa era o inferno. Esta teologia baseava-se num erro de tradução do Evangelho que mais influenciou negativamente no conceito de Igreja, o versículo 16 do capítulo 10 do Evangelho de S. João conhecido como o texto do “Bom Pastor” (Jo 10,11-16).

Na polémica com os fariseus e os chefes religiosos, Jesus anuncia que: “¹⁶Tenho ainda outras ovelhas que não são deste redil. Também estas Eu preciso trazer e hão-de ouvir a minha voz; e haverá um só rebanho e um só pastor (Jo 10,16).

O tradutor, talvez o próprio S. Jerónimo, confundiu o termo “redil” (gr. Aulês) da primeira parte do versículo com o termo “rebanho” da segunda parte e, em vez de traduzir a palavra grega poimnê (rebanho) com a latina grex, traduziu com redil, resultando: “Fiet unum ovile unus pastor” , “ E serão um só redil, um só pastor”.

Enquanto o texto de João indicava que, para Jesus, tinha acabado a época dos recintos, por mais sagrados que fossem, e por isso Cristo libertava as ovelhas do redil para formar um único rebanho, segundo a tradução latina, Jesus libertava sim as ovelhas do redil do judaísmo mas, para depois, as encerrar no único e definitivo redil: o da igreja católica.

Ancorada neste ensinamento do seu Senhor, durante quinze séculos a igreja católica acreditou e pretendeu por isso de ser o único redil desejado por Cristo e, em 1442, no Concílio de Florença decretou: “ A sacrossanta igreja romana ... firmemente acredita ... que ninguém fora da igreja católica, nem pagãos, nem judeus, nem hereges ou cismáticos, participarão na vida eterna, mas irão para o fogo eterno preparado para o diabo e os seus anjos”.¹

A igreja católica, nos sucessivos cinco séculos, considerou condenados para sempre todos os cristãos das igrejas ortodoxas e protestantes juntamente com os hebreus, os muçulmanos e os crentes doutras religiões; praticamente três quartos da humanidade. Só no século passado, com o regresso ao texto original grego do Novo Testamento se chegou a uma maior compreensão do ensinamento de Cristo, tendo o Concílio Vaticano II, em 1964, quinhentos e vinte e dois anos após o de Florença, declarado que Deus “quer que todos os homens se salvem (cfr. 1 Tim. 2,4). Com efeito, aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo e a Sua Igreja, procuram, contudo, a Deus com coração sincero e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir a Sua vontade, manifestada pelo ditame da consciência, também eles podem alcançar a salvação eterna” (Lumen Gentium, 16)

Com esta solene declaração, o Concílio admitiu que a salvação existia não só nas outras confissões cristãs e nas outras religiões, mas até para os não crentes que escutam a sua consciência.

Porquê Cristo?

Não podendo já reivindicar a exclusividade da salvação, a igreja tem, todavia, de responder ao interrogativo: porquê Cristo?

¹ *Bulla unionis Coptorum Aethiopicumque “Cantate Domino”, Decretum pro Iacobitis.*

Se até ao século passado, para se salvar, era obrigatório baptizar-se e ser-se católico sem alternativa senão o fogo do inferno para toda a eternidade, as novas gerações sabem que também os hebreus e os muçulmanos, só para citar duas religiões que parecem ser as mais próximas do cristianismo, se podem salvar.²

Se, de facto, é verdade que todas as religiões conduzem a Deus e por isso à salvação, por qual motivo se deve escolher Jesus e a sua desafiante mensagem? E, se se pode escolher, quais são os critérios que estão na base da preferência duma ou doutra religião se, fundamentalmente, são todas iguais?

O problema é actual porque, se até aos meados do século passado era raro cruzarmo-nos com pessoas doutra religião, hoje, as mudanças culturais e sociais fazem com que até as crianças já na creche e na escola primária convivam com crianças muçulmanas, budistas, confucianos ou que não são baptizadas. Por isso a pergunta, “porquê Cristo” e não Moisés ou Maomé ou Buda ou nada, precisa com urgência duma resposta.

Para isso é necessário conhecer Jesus, o que significou ele para os seus contemporâneos e perguntar-se se pode ainda ser significativo, ele e a sua mensagem, hoje, dois mil anos depois, para os homens do nosso século.

I

Quem era Jesus

Um homem perigoso

As únicas informações que se têm de Jesus são as transmitidas pelos evangelistas e outros escritos do Novo Testamento.

Pois bem, mesmo através duma leitura superficial dos evangelhos ressalta a perigosidade de Jesus para os seus contemporâneos. Lendo os evangelhos, não se fica admirado por Jesus ter sido assassinado mas fica-se surpreendido como conseguiu sobreviver tanto tempo.

Desde as primeiras páginas do evangelho transparece que Jesus conseguiu desencadear contra si um ódio mortal que foi capaz de fazer aliar forças rivais entre elas e ficar sem apoio da família, dos discípulos, de todo o povo, para além de suscitar a hostilidade do mundo religioso. Situação que se encontra magistralmente delineada e resumida por João com a sua afirmação “*Veio para o que era seu e os seus não o receberam*” (Jo 1,11).

Mateus

Mateus, no seu evangelho, antecipa as tentativas de eliminar o Messias colocando-as logo após o seu nascimento, com a ordem do rei Herodes de exterminar “*todos os meninos de Belém e de todo o seu território, da idade de dois anos para baixo*” (Mt 2,16).

Marcos

² “*o desígnio da salvação estende-se também àqueles que reconhecem o Criador, entre os quais vêm em primeiro lugar os muçulmanos ...*” (LG 16).

Já no capítulo 3º do evangelho de Marcos, aparece a decisão de matar Jesus. Jesus - para quem o bem do homem é sempre mais importante do que o culto a prestar a Deus - curou o homem com a mão paralisada em dia de sábado, dia de repouso absoluto. Os presentes, em vez de se alegrarem por Jesus ter restituído saúde e dignidade ao inválido reagem com raiva homicida. “Os fariseus reuniram-se com os partidários de Herodes para deliberar como haviam de matar Jesus” (Mc 3,6).

Lucas

No evangelho de Lucas, a tentativa de matar Jesus aparece logo no capítulo 4º. Jesus prega pela primeira vez na sinagoga da sua cidade, Nazaré, mas o que diz não só não suscita entusiasmo, como suscita furor. A abertura universal do amor de Deus manifestada por Jesus não foi do agrado dos nacionalistas nazarenos: “Ao ouvirem estas palavras, todos, na sinagoga, se encheram de furor. E, erguendo-se, lançaram-no fora da cidade e levaram-no ao cimo do monte sobre o qual a cidade estava edificada, a fim de o precipitarem dali abaixo” (Lc 4,28-29).

João

Neste evangelho a decisão de eliminar Jesus é tomada depois da cura do doente na piscina de Betzatá: “Perante isto, mais vontade tinham os judeus de o matar, pois não só anulava o Sábado, mas até chamava a Deus seu próprio Pai, fazendo-se assim igual a Deus” (Jo 5,18). O projecto de Deus, que todos os homens se tornem seus filhos³ é considerado pelas autoridades religiosas um crime merecedor da pena de morte.

As culpas de Cristo

Segundo João, para prender Jesus foi organizada uma acção policial sem precedentes. Foi mobilizado “o destacamento (coorte) romano e os guardas ao serviço dos sumo-sacerdotes e dos fariseus” (Jo 18,3.12). A palavra coorte (gr. speira) indicava uma força entre 600 e 1000 soldados às ordens do procurador romano encarregado de manter a ordem na cidade de Jerusalém. A guarda ao serviço do templo de Jerusalém, às ordens do sumo-sacerdote, era de aproximadamente 200. Entre a guarda e a coorte existia profunda rivalidade e inimizade. Unem-se perante um único perigo. Utilizar aproximadamente mil homens para prender um único indivíduo que nem sequer oferece resistência e se entrega sozinho, significa que era extremamente perigoso.

Quem era e que tinha feito de tão perigoso este Galileu?

As suas credenciais são lastimosas. No mundo judaico o documento mais antigo que fala de Jesus define-o como “um bastardo de uma adúltera” (Yeb. M. 4,13), justificado “porque tinha praticado a feitiçaria, seduzido e desviado Israel” (Sanh, B. 434ª).

A situação não é muito melhor nos evangelhos dos quais resulta que os seus próprios familiares não têm nenhuma consideração por este estranho e incomodo parente (“Com efeito, nem sequer os seus irmãos criam nele” Jo 7,5). Para os familiares era só um maluco que devia ser tirado de circulação por ser a desonra da família: “E quando os seus familiares ouviram isto, saíram a ter mão nele, pois diziam: «Está fora de si!» (Mc 3,21).

O juízo negativo do clã familiar de Jesus está abundantemente confirmado:

- pelas **autoridades religiosas** que, à loucura, acrescentam uma conotação religiosa - o possuído pelo demónio: “Ele tem demónio e está louco. Porque lhe dais ouvidos?” (Jo 10,20; cf 8,52; Mc 9,30);

³ “Mas, a quantos o receberam, aos que nele crêem, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus” (Jo 1,12)

- pelos **escribas**, teólogos oficiais da instituição religiosa judaica, para os quais Jesus é um “blasfemador” (Mt 9,3) e, como tal, merecedor da pena de morte. Para eles Jesus age porque “Ele tem Belzebu!» E ainda: «É pelo chefe dos demónios que expulsa os demónios.» (Mc 3,22);

- pelos **sumo-sacerdotes** e pelos fariseus, para os quais Cristo “é um impostor” (Mt 27,63);

- pela multidão, para quem Jesus é um que « anda é a desencaminhar o povo!» (Jo 7,12)

- pelos seus próprios conterrâneos, para quem Jesus não era senão “motivo de escândalo” e que olham para ele com cepticismo e suspeição, como alguém fora de qualquer norma. Conterrâneos que farão pronunciar palavras amargas a Jesus, triste pela sua incredulidade: “Um profeta só é desprezado na sua pátria, entre os seus parentes e em sua casa”. (Mc 6,4).

Ninguém conseguiu compreender quem fosse Jesus.

A novidade trazida por Jesus estava fora da compreensão dos seus conterrâneos que não conseguiam ver nele senão reedições de figuras do passado tais como Elias, Jeremias, um dos profetas, ou João Baptista ressuscitado (Mt 16,15; 14,2), esse João que Jesus conseguiu desiludir. De facto, até João Baptista que tinha reconhecido Jesus como o Messias esperado, constatando que Cristo se comportava de maneira diferente do justiceiro que ele tinha anunciado à multidão (Mt 3,12; Lc 3,9), lhe envia uma espécie de ultimato, estando na prisão, que mais parece uma retratação: “És Tu aquele que há-de vir, ou devemos esperar outro?” (Mt 11,3).

Um homem só

Nos evangelhos transparece a solidão que acompanhou a existência de Jesus, esse Cristo que “os seus não acolheram” (Jo 1,11). Até boa parte dos seus discípulos, conhecido o seu programa, o abandonaram: “A partir daí, muitos dos seus discípulos voltaram para trás e já não andavam com Ele” (Jo 6,66). Ficaram só os doze. Dentre eles um é um diabo (Jo 6,70) e entre os outros “há alguns que não crêem” (Jo 6,64)

Desta sua solidão aproveitaram os dirigentes do povo para os quais Jesus era um perigo público que era preciso eliminar o mais rapidamente possível antes que a sua mensagem se divulgasse. “Se o deixarmos assim, todos irão crer nele e virão os romanos e destruirão o nosso lugar santo e a nossa nação.» (Jo 11,48) comentam amedrontados os sumo-sacerdotes, os fariseus e o sinédrio, alarmados pelo facto de “Não vedes que não estais a conseguir nada? Olhai como toda a gente se foi com Ele” (Jo 12,19). Mas os chefes hesitavam, tinham “medo da multidão” que considerava Jesus um profeta (Mt 21,46; Mc 12,12).

Quando finalmente as autoridades conseguiram prendê-lo, Jesus é entregue a Pilatos, acusado pelos chefes religiosos de ser um malfeitor,⁴ e abandonado pelos seus: “A tua gente e os sumo-sacerdotes é que te entregaram a mim!” (Jo 18,35).

É a falência total para este Galileu conhecido pela gente como “glutão e bebedor de vinho”, que não frequentou as pessoas indicadas para o pretense intitulado Filho de Deus, mas conhecido por ser amigo da escumalha da sociedade “publicanos e pecadores” (Mt 11,19), “gente maldita que não conhece a Lei” (Jo 7,49).

Porquê tanta repulsa à volta da figura de Jesus?

⁴ *Se Ele não fosse um malfeitor, não to entregaríamos” (Jo 18,30).*

Que disse e fez de tão grave para atirar sobre si, contemporaneamente, desconfiança, hostilidade e raiva homicida que o levarão a terminar na mais completa solidão:

- recusado pela família;
- abandonado pelos discípulos;
- ridicularizado pelas autoridades religiosas e pelos romanos;
- pregado numa cruz reservada aos malditos de Deus (Dt 21,23; Gl 3,13)?

II

Não é Jesus que é igual a Deus ... é Deus que é igual a Jesus

Quem era, ou melhor, quem não era este carpinteiro oriundo da mal-afamada Nazaré da Galileia? (Jo 1,46).

Duas definições de Jesus, presentes constantemente nos evangelhos, ajudam a compreender quem fosse. O Cristo vem definido como Filho de Deus e Filho do Homem.

Jesus é Filho-de-Deus, enquanto manifestação de um Deus em forma humana (Ef 2,7).
Jesus é Filho-do-Homem enquanto expressão do homem na plenitude da condição divina.⁵

As duas definições completam-se e apresentam Jesus como Homem-Deus, manifestação visível de Deus invisível. Jesus é, por isso, filho de Deus e ele mesmo Deus. Mas qual Deus? Para compreender é necessário examinar o que João, no prólogo do seu evangelho afirma:

“Deus nunca ninguém o viu: O Filho Unigênito, que é Deus e está no seio do Pai, foi Ele quem o deu a conhecer” (Jo 1,18).

O evangelista contradiz o que afirmava a sagrada Escritura, palavra de Deus. Ninguém, diz João, alguma vez viu Deus, mas, na Bíblia, diz-se claramente que muitas personagens viram o Senhor, tais como Moisés e Aarão, Nabad, Abiu, e setenta anciãos no momento da conclusão da aliança no monte Sinai: “Contemplaram o Deus de Israel... e depois comeram e beberam. (Ex 24,10-11; 33,11; Nm 12,6-8; Dt 34,10).

Com a sua afirmação, o evangelista relativiza a importância destas experiências: ninguém alguma vez viu Deus. Por isso, todas as descrições que foram feitas acerca de Deus, são parciais, limitadas e, às vezes, falsas. Só Jesus, o único Filho, pela sua plena experiência pessoal e íntima, pode revelar e fazer conhecer quem é Deus. Para isso é necessário esquecer o que se sabia de Deus e aprender de Jesus “imagem do Deus invisível” (Col 1,15) que é a única explicação.

Não se pode partir de uma ideia preconcebida de Deus para depois concluir que Jesus é exactamente igual a ele. O ponto de partida não é Deus, mas Jesus. Por isso o evangelista convida o leitor a ter atenção à pessoa de Jesus pois só nele se pode reconhecer o verdadeiro rosto de Deus como chegará a reconhecer o apóstolo Tomé com a mais alta profissão de fé contida nos evangelhos: “Meu Senhor e meu Deus” (Jo 20,28).

Este processo de crescimento na compreensão da figura de Jesus e da plenitude da sua divindade, foi lento e não fácil. Não obstante todo o tempo que Jesus esteve com os

⁵ Nos evangelhos, o Filho-do-homem (Ho huios toû anthrôpou) indica aquele que age na terra como se fosse Deus. (Mt 9,6)

discípulos, estes ainda não tinham chegado à sua compreensão e Filipe tem de pedir a Jesus “mostra-nos o Pai” (Jo 14,8). Jesus responde: “Quem me vê, vê o Pai”. (Jo 14,9). Jesus convida o discípulo a partir da experiência que tem dele e daí chegar ao conhecimento do Pai: não é Jesus que é igual a Deus, mas é Deus que é igual a Jesus.

Qualquer imagem de Deus que não possa ser verificada em Jesus, deve ser eliminada.

Único critério de credibilidade que Jesus oferece para a sua categórica afirmação são as obras: “Eu estou no Pai e o Pai está em mim; crede, ao menos, por causa dessas mesmas obras”. (Gv 14,11).

E as obras de Jesus são todas acções dirigidas ao homem para lhe restituir vida, para o enriquecer, para o libertar dando-lhe dignidade e liberdade. Com a palavra e as obras, Jesus propõe uma imagem de Deus que é completamente desconhecida no panorama religioso contemporâneo e marca a passagem da religião (entendida como aquilo que o homem deve fazer para Deus) para a fé (aquilo que Deus faz para o homem).

Jesus, como filho-do-homem, plenitude da humanidade e como filho-de-Deus, manifestação visível do Deus que “nunca ninguém viu” (Jo 1,18), no ensinamento e na prática mostrou-se como um Deus inédito e insólito, desconcertante e surpreendente. Um Deus que não podia ser compreendido nem inserido nos parâmetros religiosos tradicionais, um Deus que se colocava fora de tudo o que podia ser abrangido pela palavra “religião”, um Deus completamente novo que, para ser compreendido, exigia uma mudança de direcção na vida do crente, uma conversão que será a condição prévia para o poder acolher (Mc 1,15), como o vinho novo exige odres novos (Mt 9,17).

Da Lei de Deus ao Amor do Pai

Tendo em conta que nenhuma pessoa alguma vez viu Deus (Jo 1,18), nem sequer Moisés, como afirma João, a lei que ele transmitiu não pode reflectir a plenitude da vontade divina. Era necessário por isso uma mudança no relacionamento entre Deus e os homens como tinha sido anunciado pelos profetas: “Dias virão em que firmarei uma nova aliança com a casa de Israel e a casa de Judá - oráculo do Senhor” (Jr 31,31; Ez 36,26)

A nova aliança anunciada por Jeremias, não será a obediência a uma lei exterior ao homem, mas a comunicação da parte de Deus de uma força interior que permitirá ao homem ser-lhe fiel: “Imprimirei a minha lei no seu íntimo e gravá-la-ei no seu coração” (Jr 31,33). E Jesus, o homem-Deus, era o único que podia mudar a relação entre os homens e o Pai. Por isso, fazendo referência ao Pai e não aos pais, ele pode separar-se do mundo religioso e cultural judaico em que tinha crescido e sido educado, dando início a uma mudança radical e irreversível não só da história mas também de qualquer fenómeno religioso, propondo uma nova aliança com o Senhor, já não baseada na obediência à Lei de Deus, mas no acolhimento do amor do Pai.

Com Jesus, Deus já não governa os homens emanando leis que eles devem observar mas comunicando-lhe a sua própria capacidade de amar. Enquanto o amor é uma realidade interior ao homem, a Lei será sempre um código de comportamento exterior. É o amor que cria e comunica vida; a lei não o pode fazer (“pois a Lei nada levou à perfeição”, Heb 7,19).

Para expressar esta profunda e radical mudança na relação com Deus, era necessário uma nova relação (Aliança) que substituísse a antiga: “É que a Lei foi dada por Moisés, mas a graça e a verdade vieram-nos por Jesus Cristo” (Jo 1,17).

Enquanto Moisés, “servo de Deus” (Ap 15,3), impôs ao povo de Israel uma relação com Yahvé como a existente entre os servos e o seu Senhor (“vós servireis Yahvé”, Ex 23,25),

Jesus, “Filho-de-Deus” (Mc 1,11), inaugura a nova relação entre os filhos e o seu Pai, baseada numa incessante comunicação de amor: “Assim como o Pai me tem amor, assim Eu vos amo a vós” (Jo 15,9; 14,21.23).

Se a antiga aliança estava baseada na obediência à lei divina, a nova será centralizada sobre o acolhimento e semelhança com o amor do Pai. É por isso que Jesus nunca pedirá aos seus obediência, nem sequer para obedecerem a Deus e às suas leis.⁶

À obediência a Deus, Jesus contrapõe a semelhança com o Pai; à observância da Lei, a prática do amor. Enquanto a antiga aliança terminava com o imperativo “Sede santos” (Lv 20,7), a nova inicia com o convite “Sede misericordiosos” (Lc 6,36). A santidade de Deus é uma meta inalcançável, mas a misericórdia do Pai é possível.

Esta nova aliança entre o Pai e os homens, proposta por Jesus, era completamente desconhecida no panorama religioso da época, pois ela mudava radicalmente não só o conceito de aliança mas também a imagem de Deus.

A nova imagem proposta por Jesus é, de facto, a de um Deus ao serviço dos homens (Mt 20,28; Mc 10,45; Lc 2,27; Jo 13,1-16); um Deus que, em vez de tirar, dá e que, em vez de diminuir o homem, o potencia; um Deus que, em vez de ser ciumento da felicidade dos homens, coopera para que esta seja plena e transbordante (Jo 15,11).

Em Jesus, Deus manifesta-se como aquele que está ao serviço dos homens e portanto:

- não absorve o homem, mas potencia-o.
- não pede, mas oferece,
- não exclui, mas acolhe,
- não castiga, mas perdoa.

Um Deus ao serviço dos homens

Nas religiões era ensinado que o homem tinha como tarefa principal servir o seu Deus (Dt 13,5): Deus era apresentado como soberano exigentíssimo que continuamente pedia, subtraindo aos homens as suas coisas (“Trarás à casa do Senhor, teu Deus, os primeiros frutos das primícias do teu solo”, Ex 23,19), tempo (Ex 20,8-11) e energias (Dt 6,5), num serviço prestado principalmente através do culto.

O Deus que Jesus deu a conhecer aos seus discípulos, não se comporta como um soberano mas como servo dos homens. Com Jesus já não é o homem que está ao serviço de Deus, mas Deus ao serviço dos homens - um Deus que “não veio para ser servido, mas para servir” (Mc 10,45; Mt 20,28).

A imagem de um Deus ao serviço dos homens é de tal maneira importante para Jesus que, na última ceia, depois de ter feito dádiva de si como alimento vital para os seus (pão e vinho) declara: “Eu estou no meio de vós como aquele que serve” (Lc 22,27).

O serviço é a actividade que revela a identidade de Jesus.

Capotando lógica e hábitos, Jesus comparará Deus a um patrão que, depois de longa viagem, voltando para casa muito de noite e encontrando os servos ainda acordados, em

⁶ A palavra *obediência* (gr. *ypakouô*) encontra-se nos evangelhos só 5 vezes mas nunca referida às pessoas: sempre a elementos nocivos contrários ao homem: vento e mar (Mt 8,27; Mc 4,41; Lc 8,25), espíritos imundos (Mc 1,27), ou coisas: amoreira (Lc 17,6).

vez de se sentar à mesa e fazer-se servir, “Vai cingir-se, mandará que se ponham à mesa e há-de servi-los” (Lc 12,37). Um Deus que coloca toda a sua força de amor à disposição dos homens para os elevar ao seu mesmo nível. Por isso na última ceia Jesus, “o Senhor”, realiza um trabalho de servo para que os servos se sintam senhores (Jo 13,1-17).⁷

Lavando os pés aos discípulos, Jesus, o Homem-Deus, demonstra que a verdadeira grandeza não consiste em dominar mas em servir os outros. Jesus colocando-se no último lugar, não só não perde a dignidade, mas manifesta a verdadeira, a divina: “Sou Eu mesmo, o Senhor, que sou o primeiro, e estou também com os últimos” (Is 41,4).

A condição do homem em relação a Deus, portanto, já não é a de servo perante o seu Senhor, mas a de filho perante um Pai que o convida a alcançar a condição divina. E como Jesus não é servo de Deus, mas “Filho do Pai” (2 Jo 1,3), igualmente os que nele crêem não são seus servos (Jo 15,15) mas, enquanto filhos do mesmo Pai, são irmãos que com ele e como ele colaboram no projecto de Deus para a humanidade (Mt 28,10).

- não diminui, potencia

Em Jesus, o Homem-Deus, manifesta-se a plenitude do amor do Pai, um Deus-Amor que não é rival do homem mas seu aliado, que não o domina mas o potencia, que não o absorve mas se oferece para lhe comunicar a plenitude da vida divina (“Eu dei-lhes a glória que Tu me deste, de modo que sejam um, como Nós somos Um”, Jo 17,22).

É Deus quem toma a iniciativa de amar os homens (É nisto que está o amor: não fomos nós que amámos a Deus, mas foi Ele mesmo que nos amou”, 1 Jo 4,10), e com Jesus, “Deus connosco” (Mt 1,23), Deus já não se procura mas acolhe-se e com ele, e como ele, vai-se ao encontro das pessoas.

Com Jesus, o homem não deve levantar-se para se fundir com o seu Deus, mas acolher um Deus que desce para comunicar ao homem o seu amor e fundir-se com ele (“Se alguém me tem amor, há-de guardar a minha palavra; e o meu Pai o amará, e Nós viremos a ele e nele faremos morada” (Jo 14,23), um Deus que procura o homem para lhe transmitir a plenitude da sua divindade.⁸ Um Deus que, como o vinhateiro com a sua vinha, coopera para a pujança da mesma eliminando tudo o que impede a produção de fruta sempre mais abundante (Jo 15,2). Com Jesus, o homem, templo do Espírito, é o único verdadeiro santuário de Deus “Não sabeis que sois templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?” (1 Cor 3,16; 2 Cor 6,19).

- não pede, oferece,

O novo rosto de Deus proposto por Jesus é o de um Pai que não tira mas dá, que não diminui o homem mas que o potencia. Um Deus que “não habita em santuários construídos pela mão do homem, nem é servido por mãos humanas, como se precisasse de alguma coisa - Ele que a todos dá a vida, a respiração e tudo mais”. (Act 17,24-25).

No encontro com a mulher samaritana, Jesus manifesta a grande novidade no relacionamento com Deus: o homem não deve oferecer nada a Deus, mas acolher Deus que se oferece ao homem. A samaritana que queria saber onde ir para oferecer culto a Deus (Jo

⁷ É o mesmo conceito expresso Paulo na segunda Carta aos Coríntios, onde declara: “Nosso Senhor Jesus Cristo, sendo rico, se fez pobre por vós, para vos enriquecer com a sua pobreza” (2 Cor 8,9).

⁸ “Mas, a quantos o receberam, aos que nele crêem, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus.” (Jo 1,12).

4,19-20), Jesus responde que é Deus que se oferece a ela dando-lhe a sua mesma capacidade de amar.⁹

O único culto que Deus pede não é dirigido a si mas para a prática dum amor fiel aos homens. Prestar culto ao Pai é colaborar na sua acção criadora comunicando vida aos outros. Deus não pede sacrifícios às pessoas: ele é que se fez sacrifício para dar-se a nós: “Eu quero a misericórdia e não os sacrifícios, o conhecimento de Deus mais que os holocaustos” (Os 6,6). O Deus de Jesus não tira o pão aos homens mas faz-se pão para comunicar vida à humanidade (“Este é o meu corpo”, Mt 26,26).

O culto pedido na Lei de Moisés exigia do homem a renúncia a determinados bens para os oferecer a Deus (primogénito dos animais, décimas, etc). Era uma diminuição do homem, um culto de servos perante um Deus soberano. O novo culto proposto por Jesus não humilha o homem mas potencia-o, tornando-o cada vez mais parecido com o Pai. O antigo culto sublinhava a distância entre Deus e os homens; o novo tende a suprimi-la. O culto a Deus não é senão a vida vivida a favor do bem dos outros (Rm 12,1). Sendo o amor a linha de desenvolvimento do homem, este crescimento no amor realizará nele o projecto criador levando-o a uma semelhança cada vez maior com o Pai.

- não exclui, acolhe

Enquanto a religião apresenta um Deus que discrimina entre merecedores, ou não, do seu amor e que nega a chuva aos pecadores (Am 4,7; Jr 14,1-10), Jesus mostra um Pai que “faz com que o Sol se levante sobre os bons e os maus e faz cair a chuva sobre os justos e os pecadores” (Mt 5,45).

A comunhão com Deus não depende dos méritos e do esforço do homem mas do acolhimento dum amor que é dom e assim deve ser transmitido (Mt 10,8). Ninguém, independentemente da sua conduta moral e religiosa, se pode sentir excluído do amor do Pai.

O Pai de Jesus não exclui ninguém do seu amor, porque Deus não olha para os méritos ou virtudes das pessoas, mas para as suas necessidades. Nem todos podem ter méritos, mas todos têm necessidades. Entre o fariseu que ostentava as próprias virtudes e o publicano que não tinha para mostrar senão a sua miséria, Deus passa por cima dos inúteis méritos do fariseu e sente-se irresistivelmente atraído pela necessidade do publicano pecador (Lc 18,9-14).

Jesus, o “Deus connosco” (Mt 1,23), vai à procura dos excluídos da sociedade para os envolver no amor do Pai. Eis o motivo por que convida a segui-lo os excluídos de Israel, tais como os publicanos e os pecadores, indivíduos para os quais não havia nenhuma esperança de salvação. O Senhor não recebeu o mandato de julgar o mundo mas de o salvar por seu intermédio (Jo 3,17), “pois o Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido” (Lc 19,10), como faz um médico enviado para curar os doentes (Mc 2,17).

Depois da inicial resistência dos discípulos de Jesus em compreender que o amor do Pai não está limitado a um povo e a uma religião, mas é universal, a igreja das origens formulará, pela boca de Pedro, aquela verdade que é a pedra fundamental da comunidade cristã: “Deus mostrou-me que não se deve chamar profano ou impuro a homem algum” (Act 10,28).

Deus não tolera que, em seu nome, se discriminem pessoas. O seu amor é para todos. Eis o motivo pelo qual Jesus acolhe o impuro leproso (Mt 8,1-4) e a imunda mulher que sofria de hemorragias (Mt 9,20-22), a pecadora perdoada (Lc 7,36-50) e o publicano (Mt 9,9),

⁹ “Se conhecesses o dom que Deus tem para dar e quem é que te diz: ‘dá-me de beber’, tu é que lhe pedirias, e Ele havia de dar-te água viva” (Jo 4,10).

personalidades representativas dos excluídos de Israel - aqueles que não podiam sequer pensar em avizinhar-se do Senhor, porque sabiam que seria um sacrilégio. Desde que ganharam coragem para o fazer, não receberam reprovação ou negação mas encorajamento e aperceberam-se de que o verdadeiro sacrilégio era a sua separação de Deus: “A tua fé salvou-te” (Mc 5,34; Lc 7,50).

O que aos olhos da religião era considerado sacrilégio é, para Jesus, expressão de fé. Sacrílegos não são os pecadores mas os chefes religiosos que os separam de Deus.

Os escribas e os fariseus pensavam que o reino de Deus tardasse em acontecer por culpa dos publicanos e dos pecadores. Na realidade, estes, com Jesus, encontram-se já à mesa do reino como advertirá Mateus no seu evangelho: “Os cobradores de impostos e as meretrizes vão preceder-vos no Reino de Deus” (Mt 21,31-32).

O acolhimento do amor do Pai é precedido do seu perdão incondicional.

- não castiga, perdoa

No salmo 139, o pio salmista exclama: “Ó Deus, faz com que os ímpios desapareçam” (v. 19) e o Bem-Sira aumenta a dose: “o Altíssimo detesta os pecadores” (Sir 12,6).

A atitude de Jesus para com os que eram considerados pecadores é diferente: não os afasta mas, antes, aproxima-os; não os ameaça mas comunica-lhes amor. Jesus não nega o pecado que define como uma doença que impede o homem de ser plenamente íntegro,¹⁰ mas nega a ideia que vê no pecador um contaminado que é preciso evitar - para o Senhor é um doente que precisa curar-se.

O Deus que se manifesta em Jesus não só não tira a vida aos pecadores mas comunica-lhes a sua.

Para a religião, o homem pecador deve arrepender-se das suas faltas, pedir perdão, oferecer um sacrifício reparador e, depois, receber o perdão para ser digno de se aproximar do Senhor.

Com Jesus, o perdão de Deus é concedido antes do arrependimento do pecador, como está bem formulado na carta de S. Paulo aos Romanos: “Deus demonstra o seu amor para connosco: quando ainda éramos pecadores é que Cristo morreu por nós” (Rm 5,8).

Para Jesus não é necessário que o impuro pecador se purifique para ser digno de acolher o Senhor, mas é o acolhimento do Senhor que o torna puro.

Jesus, manifestação visível do amor de Deus, não se dá a nós como prémio pelo bom comportamento dos “sãos”, mas oferece-se como força vital para os “doentes” (Mc 2,17).

O seu pão não é um prémio mas um dom.

O prémio é uma recompensa que depende da capacidade (méritos) de quem o recebe; o dom depende da generosidade do doador. O Senhor não recompensa, oferece (Mt 20,15).

Este foi, este é e este será sempre “Jesus de Nazaré, o qual andou de lugar em lugar, fazendo o bem e curando todos os que eram oprimidos pelo diabo, porque Deus estava com Ele” (Act 10,38). Esta é a boa notícia anunciada e vivida por Cristo, que pode ainda ser reproposta a homens e mulheres que anelam à plenitude da sua existência e encontram em Jesus, só em Jesus,

¹⁰ Segundo o Concílio Vaticano II, “o pecado diminui o homem impedindo-o de atingir a sua plena realização” (Gaudium et spes, 13).

a resposta às suas expectativas: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, que Eu hei-de aliviar-vos” (Mt 11,28).

(Traduzido por P. Rocha com a colaboração de José Louvado)